

# O ESTADO LIBERAL E OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

PEREIRA, Caroline Duarte <sup>a</sup> ; JACOB, Juliana <sup>b</sup>



<sup>a</sup> carolduarteep@gmail.com  
<sup>b</sup> juliana.jacob@unifagoc.edu.br

<sup>a</sup> BGraduanda em Direito – UNIFAGOC

<sup>b</sup> Mestre em Ciências Jurídico-Políticas, Especialista em Ciências Penais e Professora Universitária – UNIFAGOC

## RESUMO

A liberdade de expressão é um direito, fruto do Estado Liberal sob o viés democrático, que nada mais é que uma premissa contemporânea, insuflada pela sociedade, para atender necessidades dos indivíduos. O Estado liberal surge quando os ideais iluministas começam a permear os diversos campos das ciências, e a sociedade pautada pelo que se define como garantias individuais passa a reivindicar atitudes do governante na forma da não intervenção, insuflando direito de ir e vir, comerciar, direito à liberdade de expressão, entre outros. Todavia, há de se entender que existe um limite ao exercício da dita liberdade de expressão. Assim, o objetivo deste artigo é entender a liberdade de expressão como uma premissa do Estado Liberal, não pelo sentido econômico, mas sim pelo aspecto do correto cumprimento e observância das liberdades individuais, entendendo também que há limites ao seu exercício. Este estudo pode ser qualificado como qualitativo, e a metodologia utilizada será a bibliográfica e documental. Foi possível entender que a liberdade de expressão tem seus limites, pautados na ponderação e no respeito à própria liberdade elencada.

**Palavras-chave:** Liberdade de Expressão. Estado Liberal. Direitos Fundamentais. Limites.

## INTRODUÇÃO

A liberdade de expressão é um direito positivado na Carta Maior de 1988, sendo que tal fenômeno, isto é, essa positivação na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não seria uma novidade, uma vez que todos os textos constitucionais brasileiros apresentam a liberdade de expressão como uma garantia fundamental.

Ademais, a liberdade de expressão está prevista na Declaração Universal de Direitos Humanos, segundo a qual “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, art. 19).

Partindo dessa premissa, é prudente entender como surge a liberdade de expressão e como tal passa a ser protegida pelo Estado. Aqui tenta-se elencar que a prudente liberdade de expressão nasceu junto ao Estado Liberal e veio se perpetuando com o passar do tempo, assumindo hoje um direito pleno.

A partir daí tem-se o problema: sendo a liberdade de expressão um produto do Estado Liberal, há limites para o seu exercício?

Destarte, o objetivo deste artigo é entender a liberdade de expressão como uma premissa do Estado Liberal, não pelo sentido econômico, mas sim pelo aspecto do correto cumprimento e observância das liberdades individuais, entendendo também que há limites ao seu exercício.

Tendo isso em vista, será prudente discutir o Estado, numa breve abordagem da sua gênese sob a ótica de pensadores como Norberto Bobbio, Paulo Bonavides, Dalmo de Abreu Dallari, Fábio Konder Comparato, entre outros. Da mesma forma, será pertinente relacionar o Estado por seu aspecto liberal, percebendo como surge o direito à liberdade de expressão e como tal se configura como um direito a ser garantido.

Num segundo momento, será abordada a presença da liberdade de expressão no ordenamento jurídico brasileiro, analisando de forma breve como tal se apresentou nos diversos textos constitucionais, entendendo também nessa mesma toada o seu caráter relativo, justamente pelo aspectos interpretativos da norma. Dentro desse aspecto, será prudente observar a legislação vigente e ainda visitar autores como Marco Antonio Villa, Bóris Fausto, Robert Alexy, entre outros.

Seguindo a metodologia de Gil (2002), trata-se de uma pesquisa exploratória, com o objetivo de proporcionar mais “familiaridade com o problema, com vistas a torná-la mais explícita ou a constituir hipóteses” (p. 41) Este estudo pode ser qualificado ainda quanto a sua natureza como qualitativo, bem como trazendo ao trabalho a pesquisa eletrônica e bibliográfica.

Por fim, a liberdade de expressão será analisada sob a ótica dos seus limites entendendo seu papel dentro do Estado Liberal, reforçando seu caráter relativo e não absoluto, alicerçada justamente na ponderação que define a mais prudente relação de indivíduos dentro do Estado

## **BREVE ABORDAGEM SOBRE O ESTADO LIBERAL E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

Pela conceituação de Estado inferida de Dallari (2006), pode-se dizer que tal é polissêmico, isto é, não existe definição padrão que possa traduzi-lo.

Pela acepção de Cavalcante (2016), sabe-se que o Estado, como entidade política, existe desde a Antiguidade; todavia, sua concepção e formas, como as que conhecemos hoje, dependeram de uma série de processos que evoluíram através da história: “O Estado é o resultado da evolução política da sociedade civil que se foi aperfeiçoando até chegar a um grau mais adiantado de organização. O Estado é fruto do desenvolvimento progressivo segundo a evolução histórica e social do homem em sociedade (p. 118).

Conforme se lê em Bonavides (1996), o Estado pode ser caracterizado sob posição predominantemente filosófica tendo em vista a ideia de alguns pensadores; outros realçam o lado jurídico e, por último, não faltam aqueles que levam mais em conta a formulação sociológica do seu conceito.

Ainda segundo o autor, a ideia filosófica de Estado está pautada na definição de

Hegel. Para ele, tal ente é visualizado como manifestação visível da divindade, seria a substância ética consciente de si mesma, a realidade da ideia moral. Nesse sentido, o Estado torna-se algo amplo, capaz de abarcar a todos e a tudo, inclusive arte e a religião.

Já a visão jurídica, de acordo ainda com o que se tem em Bonavides (1998), está fundamentada num conceito de reunião de pessoas vivendo num determinado território sob a égide de leis. Essa visão prevê um ângulo positivo, numa conceituação mais contemporânea que aquela citada anteriormente. Daí tem-se a tríade: Povo, território e poder político.

A questão sociológica se fundamenta também na organização e elenca que um Estado seria um ente dominador, abarcando territórios e subjugando outras sociedades, ou seja, reside aí a dominação do mais fraco pelo mais forte, ponto que é rebatido por (BONAVIDES, 1998).

Faz-se mister detalhar essa questão de Estado em termos primeiros neste artigo, tendo em vista que é justamente dentro do espaço geográfico que tal se insere, que as relações jurídicas se processam. Destarte, o tema central aqui discutido, a liberdade de expressão, pode se configurar sob óticas que se peculiariza de acordo com a relação jurídica estabelecida entre Estado e indivíduos.

Dessa maneira, fácil concluir que, se no momento há um Estado que regulamenta institutos consagrados como a liberdade de expressão, há de se entender que tal evoluiu para poder se adequar aos anseios sociais.

Assim como a conceituação de Estado é algo plural, permitindo várias vertentes de pensamento, a evolução histórica desse fenômeno também está pautada numa série de correntes expostas por vários pensadores.

Para muitos autores, o Estado, assim como a própria sociedade, existiu sempre, pois desde que o homem vive sobre a Terra acha-se integrado numa organização social, dotada de poder e com autoridade para determinar o comportamento de todo o grupo. Entre os que adotam essa posição destacam-se Eduard Meyer, historiador das sociedades antigas, e Wilhelm Koppers, etnólogo, ambos afirmando que o Estado é um elemento universal numa organização social humana. Meyer define mesmo o Estado como o princípio organizador e unificador em toda organização social da Humanidade, considerando-o, por isso, onipresente na sociedade humana. (DALLARI, 2003, p. 52).

Ainda segundo Dallari (2003), há um grupo ideológico que trata o tema, apontando a questão de uma sociedade sem Estado por um determinado período; depois, a figura estatal surge para atender as necessidades humanas ou as conveniências de grupos sociais, conforme também se infere de Bonavides (1998).

Já outros autores acreditam num tipo determinado de Estado, no qual existe um marco temporal que inaugura uma nova forma de pensar sobre tal tema, esse marco seria o de 1648, ano em que foi assinada a paz de Westfália.

O tratado de paz entre Espanha e Países Baixos foi assinado em 30 de janeiro de 1648; em 24 de outubro do mesmo ano foi assinado o tratado de paz entre o Sacro Império Romano-Germânico, os outros príncipes alemães, a França e a Suécia. Os tratados concluídos nessas duas cidades da Westfália foram depois reunidos no Ato Geral de Westfália em Münster em 24 de outubro de 1648. (MACEDO, 2006, p. 45).

Macedo (2006) ainda comunga da ideia de que esse conjunto de ações inaugurou um novo Estado-Nação. Neste sentido, Colombo (2011) afirma que os Tratados de Paz de Westfália documentaram a existência de um novo tipo de Estado - o Estado Moderno - cuja nota característica essencial é a soberania.

Tomando como marco histórico a Paz de Westfália de 1648, podemos afirmar que o Estado passou a adquirir as características necessárias para se afirmar como uma instituição de peso e importância no bojo das relações internacionais, uma vez que passava ser detentor de legitimidade frente à sociedade internacional. Essa concepção pode ser evidenciada pois além de ser constituído por uma população, um território e um governo, o Estado também passava deter e usufruir da soberania, [...]. (BOBBIO; NOGUEIRA, 2000, p. 105).

O que se quer dizer também com essa explanação sobre o Estado é que, em um dado momento, várias eram as formas de se estabelecer relação com indivíduos dentro de uma sociedade. O Estado moderno, conforme inaugura uma nova fase, sofrerá várias influências, a exemplo da Iluminação, conforme bem se extrai de Mann (2012).

É a partir daí, do Iluminismo, que novas formas de pensar vão surgir, inaugurando óticas diversas que invadirão as ciências como um todo influenciando importantes acontecimentos na história da humanidade como a Revolução Industrial, a Revolução Americana e ainda a Revolução Francesa, conforme se tem em Fausto (2006).

Isso é determinante para o surgimento de movimentos que reivindicavam liberdades junto ao Estado, e que contestavam o absolutismo defendido em Hobbes (2008). Essas liberdades remetiam ao ser liberal, ao Estado que deveria observar os anseios do cidadão e se adequar às suas necessidades, surgindo aí direitos a serem respeitados, conforme se infere da leitura de Bobbio (1992).

Ainda pelo que lê do autor acima, pode-se concluir que essa mudança de paradigma na forma de pensar fez surgir o Estado Liberal, que por sua vez estaria intrinsecamente relacionado a direitos como a liberdade de expressão, de ir e vir, de comerciar, de cultivar o deus que não fosse aquele determinado.

Sendo assim, conclui-se que a liberdade de expressão é um direito antigo, pautado justamente na questão do surgimento do Estado Liberal, e o liberalismo, nada mais é que um amplo movimento político que adentra à economia, artes, entre outras ciências, e se atrela ao Estado como forma de estabelecer relações entre os indivíduos de acordo com o que se infere de Bonavides (1998).

O sentido literal da palavra que nomeia essa fase remete à não interferência; todo meio está pautado na livre iniciativa; o Estado apenas regula as relações, respeitando

a propriedade, a liberdade, a individualidade de cada cidadão. Para Comparato(2007), é fácil perceber como tudo isso exigia um mínimo de segurança e certeza na vida dos negócios, o que supunha a necessária limitação do tradicional arbítrio do poder político.

Quando se busca entender o assunto em voga pela questão liberal, logo há de se concluir que o princípio da não interferência poderia ensejar algo sem limites, no entanto, há de se entender que mesmo sendo um direito que advém do liberalismo, a liberdade de expressão, sendo o assunto central do texto, também está centrada em limites intrínsecos que devem ser respeitados, mesmo estando institucionalizada no ordenamento jurídico pátrio.

## **LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO ESTADO BRASILEIRO**

Já na primeira Constituição do Brasil, em 1824, a liberdade de expressão encontrou respaldo. A Carta trazia um texto sob cunho fortemente liberal e demais avançado para época, definindo alguns direitos individuais, dentre eles, a liberdade de expressão, de acordo com o que se lê em Villa (2011).

Outorgada pelo Imperador Dom Pedro I, conforme lido em Fausto (2011), o Texto assegurava, no artigo 179, inciso IV, a livre manifestação do pensamento por qualquer meio e sem censura, estipulando que os abusos cometidos no exercício do referido direito seriam devidamente responsabilizados pela forma que a Lei determinasse. Nesse sentido, conclui-se que já aí resida certa subjetividade nesse direito, denotando que limites existiam com relação à dita liberdade de expressão.

Dentro da historiografia brasileira, no que se refere ao constitucionalismo, a liberdade de expressão sempre esteve presente. É o que se conclui, quando se observa todos os outros textos constitucionais, mesmo ainda aqueles que foram oriundos de períodos não democráticos, como a Era Vargas e o Regime Militar, que perdurou até meados da década de 1980, pelo se extrai também de Villa (2011).

Assim, até o presente momento, todas as Constituições se manifestaram acerca da liberdade de expressão, porém “foi apenas sob a égide da atual Constituição Federal que as liberdades com um todo encontraram o ambiente propício para a sua efetivação” (SARLET, 2019).

Justamente com a Carta atual, fruto de um Estado Democrático de direito, atento às premissas contemporâneas sobre liberdades diversas, que direitos humanos, se consolidaram, fruto de conquistas históricas e do amadurecimento da sociedade. Daí entende-se:

A consciência jurídica do mundo assemelha-se a uma árvore ciclópica e milenária, de cujos galhos nodosos rebentam os densos ramos e, deles, a floração dos direitos. Quando em vez, as flores legais emurhecem sob o implacável calor do tempo e a ventania evolucionista e revolucionária, oriunda das carências sociais, agita as ramagens e as faz rolar para o solo

poroso, onde são transformadas em adubo e absorvidas pelas raízes poderosas e insaciáveis. (RICCITELLI, 2007, p. 31).

O que se entende do excerto acima é que a atual Carta encontrou ambiente propício para a sua efetivação, de acordo com a percepção social ora vivenciada. No seu artigo 5º, as formas de manifestação da liberdade de expressão são inúmeras e variáveis, tais como símbolos, sinais, imagens, palavras, entre outros. Todavia, em seu inciso IV, o anonimato é vedado, ou seja, a livre manifestação deve sempre conter a identificação do autor: “[...] é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (BRASIL, 1988, art. 5, IV).

Encontra-se também no artigo supracitado o direito de informar e de ser informado, bem como o direito de resposta de cada indivíduo. Constata-se que a concepção de liberdade de expressão deve ser a mais ampla possível, desde que resguardada a operacionalidade do direito (BRASIL, 1988, art. 5º, XIV).

Além disso, o artigo 220 da Constituição Federal traz em seu caput: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 1988, art. 220).

Partindo dessa premissa, o que se observa é que a liberdade de expressão figura como um direito consolidado e se amplia no sentido de que não se limita a opiniões e pensamentos, mas sim ao conjunto de direitos, em que todo cidadão recebe tais informações com o seu acesso à educação e meios de comunicação livre de imprensa, estabelecendo-se como papel primordial no ordenamento jurídico brasileiro as responsabilidades para aqueles que violarem a intimidade, a honra ou a imagem de outrem (SILVA, 2000, p. 247).

Bobbio (1992) entende que a liberdade de expressão está inserida dentro de um rol direitos que uma vez positivados no ordenamento, assumem função garantidora, ou seja, surge aí a ideia de Garantias Fundamentais, festejadas no Artigo 5º da Carta de 1988. Aqueles direitos são os ditos direitos humanos, que, quando transportados à lei, assumem esse nome.

Faz-se prudente destacar que o Estado, conforme se extrai de Bonavides (1998), ampara o cidadão nos seus anseios, sendo tais, não somente aqueles pautados nas necessidades físicas, mas sim também num conjunto de ações definidas que se caracterizam sob diversas óticas e remetem às liberdades, fruto do pensamento liberal que enseja à individualidade.

Sendo assim, há de se considerar dentro da Carta que direitos advém da coletividade, quando ditos sociais, e direitos também advém da individualidade, de acordo com Comparato (2007). O mesmo autor apresenta esses direitos coletivos como sociais e aqueles outros como individuais.

Essa linha defendida por Comparato (2007) pode ensejar conflitos, sendo que direitos coletivos por uma visão axiomática pode se sobrepor aos individuais, exercendo

limites sobre as liberdades de cada. Todavia, há de se considerar ainda que cada garantia integrante de um grupo coletivo ou individual tem o seu papel na construção de um Estado Democrático.

## **LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

Pela visão sociológica da expressão liberal, tem-se que, de acordo com Bonavides (1998), e ainda Bobbio (1992), o Estado se apresenta como democrático e assegura liberdades ao ser. No conflito dos direitos individuais com os direitos coletivos, é importante a ponderação, visto que a liberdade de expressão pode ser exercida sem agredir à coletividade.

Além disso, cabe mencionar que nenhum direito fundamental é absoluto, e por este motivo é possível aplicar o princípio da proporcionalidade conforme se vê em Alexy (2008), que visa justamente proporcionar, nesse caso, a liberdade da garantia de expressão sob uma ótica em que não prejudique o direito de outrem.

São características daqueles direitos individuais e coletivos: Universalidade, historicidade, indivisibilidade, imprescritibilidade, relatividade, inviolabilidade, complementariedade, efetividade, interdependência (MENDES; BRANCO; COELHO, 2010).

O que há de se considerar aqui, conforme o entendimento desses autores, é justamente a relatividade, a interdependência e a inviolabilidade para ensejar os limites da liberdade expressão. De forma plena, nenhum direito pode ser exercido em detrimento de outro; dessa maneira, elencam-se a relatividade e a inviolabilidade, o que faz surgir a questão da interdependência, que, segundo ainda aqueles autores, em que pese a autonomia, existe uma certa associação que une as garantias.

Ainda nesse diapasão, considere-se o Artigo 53 da Constituição Federal da República quando diz que “Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos” (BRASIL, 2022). Tomando como base o ensejo, elenque-se o Artigo 5º em caput ainda da Carta Maior:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (BRASIL, 2022).

Quando se elenca a questão da ponderação dita em Alexy (2008), há de se entender que a liberdade dada ao legislador no Artigo 53 pode gerar certo conflito no que se refere ao exercício de alguns direitos ditos no Artigo 5º acima.

Tomando como base a questão abordada, pode-se abrir um parêntese e citar o Inquérito 4828 do Supremo Tribunal Federal, que investiga atos antidemocráticos insuflados por cidadãos e parlamentares quando se pede intervenção militar numa



tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito que figura como cláusula pétrea da Constituição, assim como também as ditas liberdades do Artigo 5º, o que também contraria os fundamentos da Carta que ensejam a cidadania, soberania, dignidade da pessoa humana, etc.

O que se quer ali é justamente, pelos aspectos interpretativos da norma jurídica, no que remete à função teleológica da hermenêutica, entender que uma mera interpretação gramatical poderia pôr em risco liberdades outras consagradas no Texto. Tendo em vista o que se interpreta de Alexy (2008) e ainda de Mendes, Branco e Coelho (2010), existe uma questão complexa que deve observar o contexto em que uma dita liberdade é exercida, ou seja, que não se pode destruir direitos em detrimento de outros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Importante salientar que, na gênese do Estado, direitos foram surgindo de acordo com a percepção da sociedade. Quando os ares iluministas começaram a invadir o ideário social, paradigmas foram sendo quebrados e a forma do Estado entender e observar o indivíduo foi se alterando.

É dentro desse ensejo, não pelo sentido econômico em si, que aqui se considera o Estado Liberal como um marco no que se refere à liberdade de expressão, visto que foi justamente ali que direitos entendidos por Norberto Bobbio como individuais começaram a se sistematizar sob um viés reivindicatório.

Dentre desses direitos, estava ali a liberdade de expressão, que mais tarde adentrou às leis fazendo surgir o que se tem como garantias fundamentais. No Brasil, quando do advento do Estado, em seu primeiro texto constitucional, logo a liberdade de expressão se fez presente e tal feito se consolidou nos textos seguintes.

O que se discute é que, embora a liberdade de expressão esteja intrinsecamente relacionada ao Estado Liberal, no que remete ao seu sentido sociológico e não econômico, tem-se que o termo “liberdade” encontra seus limites e não é absoluto quando fere outros direitos.

Essa linha de pensamento encontra forte sustentação na doutrina, que tenta interpretar a lei sob ares não gramaticais, o que, caso contrário, poderia incutir a essa discussão uma obediência cega legalista. No entanto, a prática da boa hermenêutica, pelos aspectos teleológicos, pode resolver o problema buscando a ponderação e entendendo que liberdades podem ser exercidas sob aspectos individuais, sem causar prejuízo à coletividade.

Partindo dessa premissa, não é porque o Estado Liberal no sentido social remete ao exercício pleno das liberdades individuais que tais liberdades podem comprometer outras que são interesse também da sociedade. Dessa maneira, a liberdade de expressão, encontra limites, vista que existe uma característica relativa no que se refere ao seu exercício.



## REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (217 [III] A). Paris, 1948.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. **Do estado liberal ao estado social**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva 2021.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. 4. ed. São Paulo: Saraiva 2021.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. 4. ed. São Paulo: Saraiva 2021.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. 4. ed. São Paulo: Saraiva 2021.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. 4. ed. São Paulo: Saraiva 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. 4. ed. São Paulo: Saraiva 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva 2021.
- CAMARGO, Coriolano. Direito digital: para especialista, "falsa sensação de anonimato" é um dos motivos para a alta incidência dos crimes. **Jornal Jurid.**, 19 ago. 2020. Entrevista. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/entrevistas/direito-digital-para-especialista-falsa-sensacao-de-anonimato-e-um-dos-motivos-para-a-alta-incidencia-dos-crimes>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- CAVALCANTE SEGUNDO, Antônio de Holanda. **Uma questão de opinião?** Liberdade de expressão e seu âmbito protetivo: da livre manifestação do pensamento à Haste Speech. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 118.
- COLOMBO, Silvana. Da noção de soberania dos estados à noção de ingerência ecológica. **Revista Direita Fundamental & Democracia**. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br>. Acesso em: 11 set. 2022.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva 2007.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral de estado**. 24. ed. São Paulo: Saraiva 2003.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **A constituição na vida dos povos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou, matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MACEDO, Paulo Emílio de. **Hugo Grócio e o direito**: o jurista da guerra e da paz. Lumen Juris, 2006.

MANN, Charles C. 1493. **Como o intercâmbio entre o novo e o velho mundo moldou os dias de hoje.**

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocêncio Mártires. **Curso de direito constitucional.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RICCITELLI, Antonio. **Direito constitucional:** teoria do Estado e da Constituição. 4. ed. Baruei: Ma-nole, 2007. p. 31.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito constitucional** - direitos fundamentais em espécie. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 629.

SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade da norma constitucional.** 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 247.

VILLA, Marco Antonio. **História das constituições brasileiras.** 1. ed. São Paulo: Leya, 2011.